

MATERIAL

**GRATUITO**

COMO CONSTRUIR  
**REDAÇÃO**  
MODELO **UFPR**

Super aula de redação UFPR | Resumo teórico  
dos gêneros textuais | 6 propostas de redação





Professor Renato Gouveia,  
coordenador da assistência  
de redação do Curso Positivo

Treinar a  
redação é parte  
fundamental da  
preparação para  
o vestibular



Professora Letícia Kolb,  
professora de redação do Curso  
Positivo



REDAÇÃO  
MODELO UFPR

# EXERCÍCIO DE COMPREENSÃO DESAFIO UFPR

Sabemos que a prova da UFPR tem um modelo de escrita bem característico, focado na compreensão do comando de produção, exigência que avalia diversas competências do candidato.

São 3 propostas de redação cobradas na segunda fase do vestibular. Cada proposta tem um gênero textual diferente e aborda um novo tema, o que pode ser muito desafiador para o aluno. Ao diversificar assuntos e modelos de escrita, a Federal tem a intenção de dificultar a previsão do tema, visto que a interpretação será um dos maiores desafios.

Pensando nisso, o objetivo deste material é ser uma ferramenta para ajudá-lo a aprimorar sua produção de texto e ampliar seu domínio sobre o modelo de prova da Federal.

Apresentamos 6 propostas de redação inéditas para a UFPR, ou seja, são duas provas inteiras. Ao desenvolvê-las, serão necessárias as principais competências avaliadas na Federal: domínio de diversos gêneros textuais, interpretação do comando de produção, adequação da linguagem ao contexto de escrita, uso dos tipos textuais (narrar, expor, descrever e argumentar) etc.

Além das propostas de redação, este material tem uma super aula de revisão tanto teórica quanto dos principais gêneros textuais cobrados pela UFPR.

Se você é aluno do Positivo, poderá ter essas propostas corrigidas na assistência. Portanto é uma oportunidade de treinar e aperfeiçoar sua escrita com o feedback dos professores.

Use este material sem moderação. Nos vemos no banho de lama!

COMO CONSTRUIR  
**REDAÇÃO**  
MODELO **UFPR**

CLIQUE AQUI E  
ASSISTA À AULA



COMO CONSTRUIR  
**REDAÇÃO**  
MODELO **UFPR**

[CLIQUE AQUI E](#)  
[ACESSE OS SLIDES](#)



# 6 PROPOSTAS INÉDITAS DE REDAÇÃO UFPR

1. Continuidade narrativa
2. Texto informativo-comparativo
3. Análise de tirinha
4. Resumo
5. Análise de gráfico
6. Texto dissertativo-argumentativa



## Leia a seguir o início do conto “O noivo”, de Lygia Fagundes Telles.

As batidas na porta eram suaves. Mas insistentes. Ele abriu os olhos. Sentou-se na cama.

– Emília? Você, Emília?

A mulher demorou um pouco para responder.

– Eu queria saber se o senhor já acordou. É que está chegando a hora...

– Hora do quê?

– Hora do casamento!

Casamento? Que casamento?

– Que casamento, Emília?

Ela deu uma risadinha.

– O senhor já acordou mesmo? Acho que o senhor ainda está dormindo, é bom tomar café. Vou trazer o café.

Ele recostou a cabeça no espaldar da cama. Hora do casamento. Mas que casamento? Hoje é quinta-feira, não? Quinta-feira, doze de novembro. Então? Quem é que se casa hoje? Não tenho nenhum casamento marcado para hoje. E logo cedo... Vagou o olhar pelo quarto. Estava ficando muito velha, coitada, aquilo era arteriosclerose, imagine, vir batendo na porta daquele jeito, “hora do casamento!...” Bocejou. Os objetos do quarto flutuavam informes em meio da escuridão. Pensou em naufrágio num fundo de mar. Tão poético. Apertou os olhos e fixou-se no espelho oval que emergia das sombras como um peixe luminoso. Quinta-feira doze. “Que casamento é esse? Não sei de nada...”

TELLES, Lygia Fagundes. O noivo. Venha ver o pôr do sol e outros contos. São Paulo: Ática, 1997.

### **Dê prosseguimento à história, sem necessariamente concluí-la. Seu texto deve:**

- Apresentar uma articulação clara e consistente com os parágrafos iniciais;
- Introduzir informações novas, que garantam a progressão no tratamento do tema;
- Ter de 12 a 15 linhas;
- Respeitar as características discursivo-formais do gênero solicitado.





NOME: \_\_\_\_\_ TURMA: \_\_\_\_\_

**TEXTO DEFINITIVO**

01. \_\_\_\_\_
02. \_\_\_\_\_
03. \_\_\_\_\_
04. \_\_\_\_\_
05. \_\_\_\_\_
06. \_\_\_\_\_
07. \_\_\_\_\_
08. \_\_\_\_\_
09. \_\_\_\_\_
10. \_\_\_\_\_
11. \_\_\_\_\_
12. \_\_\_\_\_
13. \_\_\_\_\_
14. \_\_\_\_\_
15. \_\_\_\_\_

# O parcelamento sem juros no cartão de crédito deve sofrer alguma alteração? NÃO

Modalidade impulsiona o consumo, e fim não resolverá problema do rotativo

Ivo Dall'Acqua Jr.

Vice-presidente da FecomercioSP (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo)

O parcelamento sem juros se consolidou como uma poderosa ferramenta de venda no varejo brasileiro. A modalidade, na qual os consumidores dividem o valor integral das compras sem custos adicionais, tornou-se também uma estratégia competitiva para muitos segmentos.

Esse já é um primeiro motivo pelo qual a extinção ou a adoção de medidas que dificultem o acesso a ela seria significativamente prejudicial à economia do país. Mas não é só isso. A alegação de alguns bancos de que o parcelamento sem juros impulsiona as elevadas taxas do crédito rotativo também não corresponde à realidade: hoje, ele é uma operação restrita à relação entre lojistas e consumidores, suportada por um acordo entre os estabelecimentos e os agentes de crédito, sejam administradoras de cartão, sejam bancos, sejam instituições financeiras. Isto é, não há impacto sobre as cobranças do rotativo. Na prática, a medida apenas diminuiria as opções de negociação disponíveis no varejo.

Além disso, limitar ou eliminar a modalidade levaria inevitavelmente a um aumento na inadimplência, assim como a um direcionamento forçado para que bancos ofertem linhas de crédito mais custosas aos clientes.

Na verdade, o parcelamento sem juros é uma ferramenta importante para os lojistas, na medida em que garante liquidez nas transações do varejo que necessitam de capital de giro, visto que os valores se tornam recebíveis antecipados, muitas vezes com taxas mais favoráveis do que as operações bancárias tradicionais —ou até mesmo usados como garantia em operações de crédito.







Se a raiz do problema está nas altas taxas do rotativo, que aumentam o risco de inadimplência sistêmica pela própria característica, a solução não deveria ser acabar com o parcelamento sem juros, que, ao contrário, impulsiona o consumo e o torna mais acessível às populações vulneráveis, além de promover a inclusão financeira de milhões de brasileiros. Vale lembrar que, em 2022, 50% das vendas no cartão de crédito foram parceladas, segundo dados do Banco Central (Bacen).

A solução, então, pode estar em racionalizar os juros do rotativo, incentivando, assim, uma maior competição no mercado. É crucial reduzir juros, especialmente em modalidades preocupantes como o crédito rotativo, dada a proporção de consumidores que, mensalmente, não conseguem quitar as dívidas a tempo. Intervenções indevidas, ao contrário, tendem a piorar a situação – caso, agora, do parcelamento sem juros. É sempre bom ter cuidado com o remédio prescrito.

Adaptado de: <<https://www1.folha.uol.com.br/opinia0/2023/08/o-parcelamento-sem-juros-no-cartao-de-credito-deve-sofrer-alguma-alteracao-nao.shtml>>.

## **O parcelamento sem juros no cartão de crédito deve sofrer alguma alteração? SIM**

Diante da inadimplência, devemos buscar redesenho do rotativo e aprimorar parcelas

Isaac Sidney  
Presidente da Febraban (Federação Brasileira de Bancos)

As compras parceladas no cartão de crédito ampliam o poder de compra da população, aquecem a economia e desenvolvem o varejo. Mas é um modelo que precisa ser aprimorado para garantir às famílias juros mais baixos, ao comércio mais vendas e mais negócios para toda a cadeia envolvida nesse processo: bandeiras, bancos, lojistas, consumidores e maquininhas.

O crescimento dessa modalidade causou grandes distorções e, principalmente, beneficiou apenas alguns elos da indústria. Os cartões passaram a ser o mais amplo mecanismo de concessão de crédito sem garantia, desequilibrando a equação crédito versus risco. O prazo dos parcelamentos cresceu vertiginosamente e, hoje, pode chegar a 24 meses sem juros.

Com a ampliação dos prazos, cresceu a inadimplência. Famílias perderam o controle dessas dívidas e, alavancadas, passaram a empilhar cartões de crédito. Em prazos muito estendidos, o cliente tem mais risco de falhar com seu pagamento.

Estudos da Febraban (Federação Brasileira de Bancos) mostram que a inadimplência dos planos a prazo, comparada com planos à vista, é duas vezes superior na média. Já quando olhamos para o público de baixa renda, a inadimplência é três vezes superior. Endividadas, as famílias brasileiras perdem poder de compra, têm seu nome negativado, desaquecem a microeconomia e impactam na rentabilidade do varejo.

No Brasil, cerca de 75% das compras são feitas no parcelamento sem juros do cartão. EUA, Europa e mesmo outros países da América Latina trabalham de forma inversa: 60% da carteira, em média, com juros.

O tema é muito complexo. Acabar com as compras parceladas no cartão certamente não é a solução, muito menos tabelar juros artificialmente. Tendo como pressuposto a saúde financeira das famílias, é preciso analisar as causas dos juros para um redesenho do rotativo, de um lado, e, de outro, aprimorar o parcelamento de compras.

Por isso, gradualmente, temos de reduzir os prazos de parcelamento das compras sem juros, para sairmos de um equilíbrio instável para um equilíbrio estável, e nos alinharmos a padrões internacionais. Nessa transição, os bancos continuarão a cumprir o seu papel de irrigar a economia, criando novas experiências de crédito parcelado para o cliente.

Adaptado de: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2023/08/o-parcelamento-sem-juros-no-cartao-de-credito-deve-sofrer-alguma-alteracao-sim.shtml>>.

**Compare, em texto de até 15 linhas, as visões que os autores defenderam na seção debates da Folha. Seu texto deverá:**

- Identificar os pontos de vista dos autores;
- Selecionar os argumentos mais relevantes para a comparação estabelecida;
- Apresentar um confronto entre os posicionamentos defendidos por eles;
- Ter de 12 a 15 linhas.





NOME: \_\_\_\_\_ TURMA: \_\_\_\_\_

**TEXTO DEFINITIVO**

01. \_\_\_\_\_
02. \_\_\_\_\_
03. \_\_\_\_\_
04. \_\_\_\_\_
05. \_\_\_\_\_
06. \_\_\_\_\_
07. \_\_\_\_\_
08. \_\_\_\_\_
09. \_\_\_\_\_
10. \_\_\_\_\_
11. \_\_\_\_\_
12. \_\_\_\_\_
13. \_\_\_\_\_
14. \_\_\_\_\_
15. \_\_\_\_\_

## Novas tirinhas de André Dahmer transformam algoritmo em personagem intrometido

Trabalhos recentes do artista também abordam fake news, clickbait e outros temas ligados às redes

**Bruno Inácio**

27 de julho de 2023

As tirinhas abrangem diversos tópicos da atualidade, alguns em evidência e outros ainda pouco discutidos. Há espaço, por exemplo, para fake news, clickbait, espionagem cibernética, engajamento e autopromoção.

Na série, até mesmo o algoritmo se tornou um personagem: um ser intrometido que se passa por prestativo e usa uma roupa de proteção nas cores amarelo e laranja. Aparece, em muitas das vezes, com uma sugestão capaz de sintetizar aquilo que as pessoas pensam que precisam. O trabalho pode ser conferido no perfil do artista no Instagram ([@andredahmer](https://www.instagram.com/andredahmer)).



Adaptado de: <https://diplomatie.org.br/novas-tirinhas-de-andre-dahmer-transformam-algoritmo-em-personagem-intrometido/>

A partir dos textos-base, demonstre a crítica presente na tira do cartunista André Dahmer. Seu texto deve:

- Mencionar a fonte das informações;
- Apresentar os recursos usados para provocar o efeito de humor;
- Ter de 10 a 12 linhas.



NOME: \_\_\_\_\_ TURMA: \_\_\_\_\_

**TEXTO DEFINITIVO**

01. \_\_\_\_\_
02. \_\_\_\_\_
03. \_\_\_\_\_
04. \_\_\_\_\_
05. \_\_\_\_\_
06. \_\_\_\_\_
07. \_\_\_\_\_
08. \_\_\_\_\_
09. \_\_\_\_\_
10. \_\_\_\_\_
11. \_\_\_\_\_
12. \_\_\_\_\_

# O destino dos painéis solares ao fim da vida útil

Frances Jones,  
agosto 2023

Um galpão de 2 mil metros quadrados em Valinhos, no interior paulista, vem armazenando centenas de painéis solares todos os meses. Apenas em maio, o material recebido, basicamente módulos inutilizados para a produção de energia fotovoltaica, chegou a 80 toneladas (t). Não se trata de uma nova usina de fonte renovável, mas de uma empresa aberta há pouco mais de três anos que decidiu apostar em um mercado ainda incipiente, porém em expansão, que deve explodir nos próximos anos: o da reciclagem de painéis solares descartados.

A questão sobre o que fazer com as placas solares inutilizadas vem se impondo ao redor do mundo, principalmente em países da Europa, como a Alemanha, que começou a adotar a energia solar ainda nos anos 1990. A estimativa de vida útil dos painéis é de 25 a 30 anos, e uma grande quantidade de módulos em solo europeu e em outros lugares já virou sucata.

Um relatório feito pela Agência Internacional de Energia Renovável (Irena) em 2016 sobre o gerenciamento dos painéis solares fotovoltaicos ao fim de sua vida útil alerta que a quantidade de lixo anual no começo dos anos 2030 atingirá algo entre 1,7 milhão e 8 milhões de t. Em 2050, esse tipo de resíduo poderá chegar a 78 milhões de t no planeta.

Por outro lado, a agência estimava em 2016 que o valor dos materiais capazes de ser recuperados nesses equipamentos poderia chegar a US\$ 450 milhões em 2030, quantia suficiente para a produção de 60 milhões de painéis solares. Vinte anos depois, o valor da reciclagem superaria US\$ 15 bilhões, o bastante para produzir 2 bilhões de placas, segundo projeções da Irena.

No Brasil, onde a tecnologia fotovoltaica foi mais amplamente adotada a partir dos anos 2010, a questão deverá ganhar volume em alguns anos, mas também já começa a causar preocupações.

“O maior equívoco é achar que os resíduos só vão surgir a partir de 30 anos. Muito pelo contrário”, diz Duarte, que trabalha diretamente com usinas, montadoras e importadoras de módulos solares no Brasil inteiro. “Estimamos que mais de 7% dos painéis são descartados antes de 15 anos de vida útil.”

As camadas de polímero adesivo que protegem o produto da exposição às intempéries dificultam a desmontagem e a reciclagem. A parte mais simples de recuperar no processo é a estrutura de alumínio e os fios de cobre externos. Em seguida, vem o vidro, que compõe grande parte do painel (70% a 95%) e já tem uma indústria de reciclagem bem estabelecida. Outros materiais encontrados nas células solares apresentam um desafio maior.

“Fazer a separação dos materiais nobres não é simples. É preciso ainda muita pesquisa e desenvolvimento para avançar nesse sentido”, diz o físico Carlos Frederico de Oliveira Graeff, da Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Bauru, que trabalha no desenvolvimento de células solares.

Além de reduzir o resíduo e as emissões de carbono relacionadas ao lixo, a reciclagem dos módulos fotovoltaicos também tem o potencial de diminuir o uso de energia necessária à exploração e à produção do material original, como prata e silício, bem como poder diminuir os impactos ambientais associados à mineração desses metais. “Há potencial para se aproveitar mais de 95% do material dos painéis”, diz. “Esse é um mercado que está se abrindo agora.”

Especialistas defendem que, além de tecnologia, são necessários mecanismos políticos e estruturas regulatórias para desenvolver e estimular um tratamento adequado ao resíduo industrial dos painéis. A atual Lei nº 12.305/2010, da Política Nacional de Resíduos Sólidos, não trata explícita e especificamente dos módulos solares.

“De quem é e de que maneira se dará a responsabilidade sobre os resíduos provenientes dos sistemas fotovoltaicos?”, questiona o engenheiro eletricitista Clóvis Bôsko Mendonça Oliveira, professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

“Soluções tecnológicas mais eficientes e desenvolvimento de processos serão necessários para tratar adequadamente os problemas que surgem no final do ciclo de vida útil dos sistemas fotovoltaicos”, destaca. “No entanto, é necessário mais. Mecanismos políticos e estruturas reguladoras também precisarão ser desenvolvidos e implementados no final do estágio do ciclo de vida para preparar, encorajar e desenvolver aplicações apropriadas de tratamento de resíduos industriais.”







NOME: \_\_\_\_\_ TURMA: \_\_\_\_\_

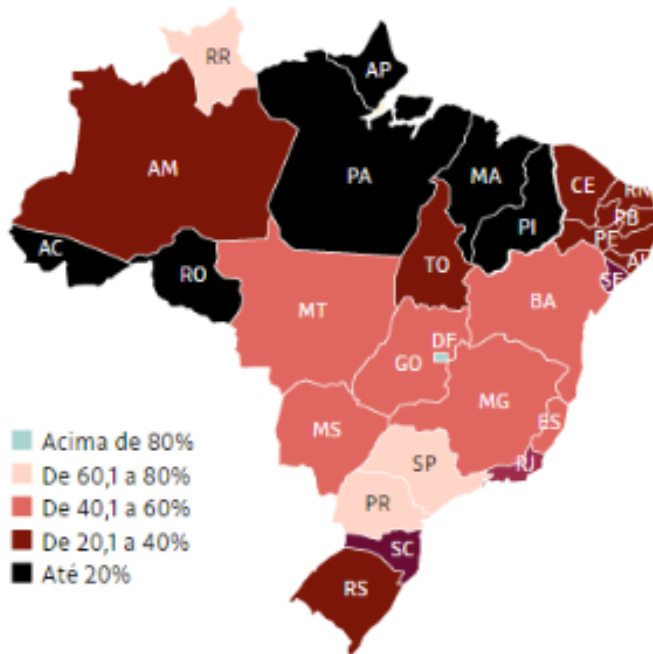
**TEXTO DEFINITIVO**

01. \_\_\_\_\_
02. \_\_\_\_\_
03. \_\_\_\_\_
04. \_\_\_\_\_
05. \_\_\_\_\_
06. \_\_\_\_\_
07. \_\_\_\_\_
08. \_\_\_\_\_
09. \_\_\_\_\_
10. \_\_\_\_\_
11. \_\_\_\_\_
12. \_\_\_\_\_
13. \_\_\_\_\_
14. \_\_\_\_\_
15. \_\_\_\_\_

**Observe o gráfico a seguir, publicado em 25/08/23 na Folha de S. Paulo:**

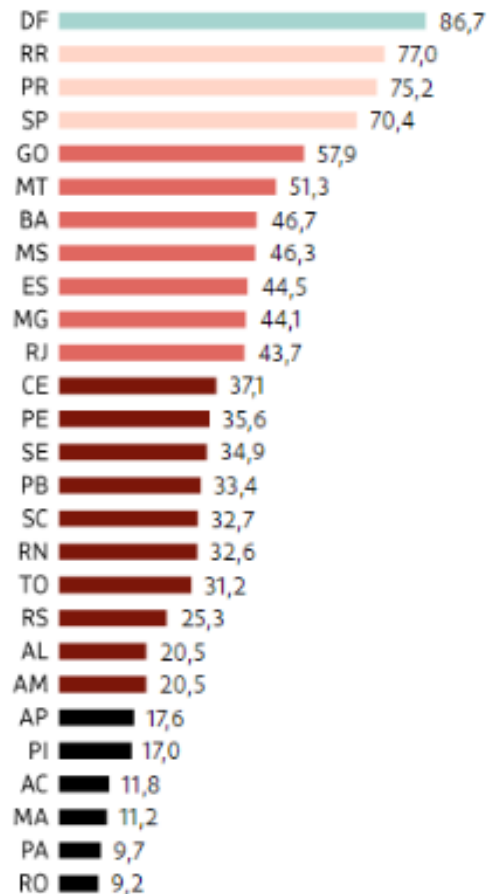
**Percentual de esgoto tratado por estado\***

Em %



\* Considera o volume que chegou a estações de tratamento em relação ao total de água consumido

Fonte: SNIS (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento) e Instituto Trata Brasil



(Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/08/quase-metade-do-esgoto-do-brasil-e-jogado-na-natureza-sem-ser-tratado.shtml>>. Acesso em 26 ago. 2023. Adaptado.)

**Escreva um texto, com no mínimo 10 e no máximo 12 linhas, em que você apresente a um leitor as principais informações contidas no infográfico. Seu texto deverá:**

- fazer a devida referência ao gráfico, mencionando tema e fonte da publicação;
- ser autônomo, ou seja, partir do pressuposto de que seu leitor não teve acesso ao texto-base;
- apresentar, após a exposição das informações, o que se pode concluir a partir da comparação entre os dados.
- respeitar as características do gênero textual solicitado.



NOME: \_\_\_\_\_ TURMA: \_\_\_\_\_

**TEXTO DEFINITIVO**

01. \_\_\_\_\_
02. \_\_\_\_\_
03. \_\_\_\_\_
04. \_\_\_\_\_
05. \_\_\_\_\_
06. \_\_\_\_\_
07. \_\_\_\_\_
08. \_\_\_\_\_
09. \_\_\_\_\_
10. \_\_\_\_\_
11. \_\_\_\_\_
12. \_\_\_\_\_

# Marco temporal de terras indígenas é aprovado na CRA e segue para a CCJ

Da Agência Senado | 23/08/2023, 17h30

Após audiência pública interativa nesta quarta-feira (23), a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou o projeto de lei que estabelece um marco temporal para a demarcação de terras indígenas. Foram 13 votos a favor e 3 contrários ao PL 2.903/2023. A reunião foi comandada pelo presidente da CRA, senador Alan Rick (União-AC).

A proposta, que ficou mais conhecida como PL 490/2007, foi aprovada pela Câmara dos Deputados no final de maio, após tramitar por mais de 15 anos. Na CRA, o projeto recebeu voto favorável da relatora, senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS), e agora segue para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Em seguida, caberá ao Plenário votar a decisão final. (...)

## Decisão polêmica

A proposta é polêmica por restringir a demarcação de terras indígenas àquelas tradicionalmente ocupadas por esses povos em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição.

Os opositores ao texto temem que a proteção aos povos indígenas e ao meio ambiente fique prejudicada, enquanto os defensores apontam que a matéria pode trazer segurança jurídica e incentivar a produção agropecuária fora das áreas demarcadas.

Durante a votação na CRA, também apoiaram a aprovação os senadores Jayme Campos (União-MT), Tereza Cristina (PP-MS), Zequinha Marinho (Podemos-PA), Jorge Seif (PL-SC) e outros.

A senadora Tereza Cristina disse que o marco temporal é um avanço e vai aumentar a segurança jurídica no país. Jorge Seif avaliou que o texto aprovado está de acordo com a Constituição.

Defenderam a rejeição da proposta os senadores Humberto Costa (PT-PE), Fabiano Contarato (PT-ES) e Jaques Wagner (PT-BA).

Contarato avaliou como inconstitucional o texto aprovado. Humberto Costa informou que a bancada do PT é contra a aprovação do projeto por acreditar que vai aumentar a insegurança jurídica e será prejudicial aos povos indígenas. Ele afirmou que o projeto “é, em todos os aspectos, nefasto para o nosso país”. (...)

Fonte: Agência Senado (adaptado). Acesso em 26 ago. 2023.

# O que é o Marco temporal?

Marco temporal é uma tese jurídica segundo a qual os povos indígenas têm direito de ocupar apenas as terras que ocupavam ou já disputavam em 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição.

A tese surgiu em 2009, em parecer da Advocacia-Geral da União sobre a demarcação da reserva Raposa-Serra do Sol, em Roraima, quando esse critério foi usado.

Em 2003, foi criada a Terra Indígena Ibirama-Laklãnõ, mas uma parte dela, ocupada pelos indígenas Xokleng e disputada por agricultores, está sendo requerida pelo governo de Santa Catarina no Supremo Tribunal Federal (STF). O argumento é que essa área, de aproximadamente 80 mil m<sup>2</sup>, não estava ocupada em 5 de outubro de 1988.

Os Xokleng, por sua vez, argumentam que a terra estava desocupada na ocasião porque eles haviam sido expulsos de lá. A decisão sobre o caso de Santa Catarina firmará o entendimento do STF para a validade ou não do marco temporal em todo o país, afetando mais de 80 casos semelhantes e mais de 300 processos de demarcação de terras indígenas que estão pendentes.

Fonte: Agência Câmara de Notícias (adaptado). Acesso em 26 ago. 2023.

Tendo como base a discussão sobre a demarcação das terras indígenas no Brasil, formule uma resposta para a seguinte questão:

**O Brasil deve aprovar o projeto de lei que estabelece um marco temporal para a demarcação de terras indígenas (PL 490/2007)? Seu texto deve:**

- Contextualizar a temática;
- Apresentar, com clareza e autonomia, uma resposta à pergunta acima, justificando-a;
- Ter de 10 a 12 linhas.



NOME: \_\_\_\_\_ TURMA: \_\_\_\_\_

**TEXTO DEFINITIVO**

- 01. \_\_\_\_\_
- 02. \_\_\_\_\_
- 03. \_\_\_\_\_
- 04. \_\_\_\_\_
- 05. \_\_\_\_\_
- 06. \_\_\_\_\_
- 07. \_\_\_\_\_
- 08. \_\_\_\_\_
- 09. \_\_\_\_\_
- 10. \_\_\_\_\_
- 11. \_\_\_\_\_
- 12. \_\_\_\_\_